

Colonização e Língua Geral: o caso do sul da Bahia *Colonization and Língua Geral: the South of Bahia's case*

Wagner Argolo¹

Universidade Federal da Bahia, Brasil
wagner.argolo@gmail.com

Resumo: Neste artigo, procuramos delimitar o contexto sem interrupção de transmissão linguística entre gerações para a Língua Geral do Sul da Bahia e para a Língua Geral de São Paulo, baseados nas constatações de Rodrigues (1996), relativas a esta última região. Além disso, expomos argumentos para esclarecer a nossa visão de que o sul da Bahia possuía as condições demográficas para o desenvolvimento de uma população mameluca, conseqüentemente apresentando as condições sociolinguísticas que explicariam a ocorrência de uma Língua Geral na costa central do Brasil.

Palavras-chave: Bilinguismo; Língua Geral; Índios.

Abstract: In this paper, we intend to delimit the context without language shift between generations to the South of Bahia's to São Paulo's Língua Geral, based on Rodrigues' claims (1996) related to this last region. Besides, we argue in favor of our vision that the South of Bahia has had the demographic conditions for the growth of a mamluke people, presenting, in consequence, the sociolinguistic conditions that would explain the occurrence of a Língua Geral in Brazilian central coast.

Keywords: Bilinguals; Língua Geral; Indians.

¹ Este artigo é fruto da pesquisa realizada no âmbito da Dissertação de Mestrado intitulada *Introdução à história das línguas gerais no Brasil: processos distintos de formação no período colonial*, orientada pela Prof^ª Dr^ª Tânia Conceição Freire Lobo e defendida no Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística (PPGLL) da Universidade Federal da Bahia (UFBA) no ano de 2011.

1 Introdução

Para embasar o caráter não-crioulo da Língua Geral de São Paulo e da Língua Geral da Amazônia, Rodrigues (1996) utiliza como argumento, no texto *As línguas gerais sul-americanas*, o fato de não ter havido, “em nenhum momento, interrupção na transmissão dessas línguas”², das índias tupi-guarani, para os seus primeiros descendentes mamelucos. Ou seja, “não ocorreu mudança de língua (*language shift*) nos descendentes mestiços dos europeus e das índias tupi-guaranis” (1996: 04), tendo o tupinambá se transformado – no novo contexto cultural do qual começou a fazer parte (o que incluía o bilinguismo tupinambá/português, que induziu ambos os sistemas a alterações estruturais) – na Língua Geral, continuação histórica do tupinambá em tal contexto bilíngue e culturalmente transfigurado (cf.: Rodrigues, 1996: 04).

Apesar de possuímos um ponto de vista distinto quanto à assertiva de que a Língua Geral da Amazônia não era uma língua crioula, tal distinção inexistente quando a mesma assertiva se refere à Língua Geral de São Paulo. Dessa maneira, o contexto sem interrupção de transmissão linguística entre gerações no qual o termo Língua Geral foi utilizado já está muito bem definido por Rodrigues (1996).

Sobre a Língua Geral da Amazônia, constatamos que esta, possivelmente, se encontra em um contexto linguístico distinto, ou seja, um contexto com interrupção de transmissão linguística entre gerações, que se delineou quando os jesuítas iniciaram a catequização sistemática das centenas de povos tapuias, falantes de centenas de línguas distintas, na Amazônia Colonial, em 1653, impondo sobre essa grande diversidade linguística o tupinambá L2 falado pelos inacianos em prováveis graus diferenciados de competência, formando um contexto linguístico propenso à pidginização/crioulização dessa língua, que – depois de crioula e de passar a ser chamada, também, de Língua Geral –, veio a ser o antecedente histórico do atual nheengatu, já tão marcado pelas influências posteriores que sofreu da língua portuguesa em situação de bilinguismo, após a expulsão definitiva dos jesuítas dos domínios portugueses em 1759, e após a integração do Estado do Grão-Pará e Maranhão ao Estado do Brasil em 1823. Por esse motivo, as observações que, por ora, faremos, não se aplicam à Língua Geral da Amazônia, mas apenas à Língua Geral de São Paulo, por constatarmos que apenas esta última se enquadra no contexto sem interrupção de transmissão linguística entre gerações.

²Rodrigues se refere às línguas tupinambá, tupi e guarani. Contudo, consideramos que a afirmação se aplica – tendo-se em conta a história linguística do Brasil – apenas ao caso de São Paulo e da costa sul da Bahia (antigas Capitânicas de Ilhéus e de Porto Seguro). Também podemos notar, quando o autor se refere ao tupinambá e ao tupi como línguas distintas, faladas, respectivamente, no Estado do Grão-Pará e Maranhão e no Estado do Brasil, que já não mais adota a generalização baseada em Alfred Métraux (1948), que adotara anos antes (1986).

2 O contexto sem interrupção de transmissão linguística entre gerações, constatado por Rodrigues

2.1 O que observou Rodrigues

Quando teve início a colonização efetiva do Brasil, em 1532, com a chegada da frota de Martim Afonso de Souza e a fundação de São Vicente, essa região se encontrava sob o domínio do povo tupi (tupinambá), apesar de, entre esses índios, já haver a presença do Bacharel de Cananeia e de João Ramalho. Essa expedição de Martim Afonso de Souza era composta apenas por homens, tendo-se iniciado a chegada de mulheres somente a partir de 1537, mas, ainda assim, em número bastante reduzido, situação que se manteve ao longo da colonização da região (cf.: Rodrigues, 1996: 02).

Como consequência, houve a formação de uma população mameluca, fruto da miscigenação entre homens portugueses e mulheres índias. Estando a família dos pais portugueses do outro lado do Atlântico, seus filhos mamelucos conviviam apenas com a família das mães índias, aprendendo, como primeira língua, por esse motivo, o tupinambá³ falado pelo lado materno (cf.: Rodrigues, 1986: 101; 1996: 02).

Dessa maneira, conclui o linguista (cf.: Buarque de Hollanda, 2002: 1028-1038), no desenvolvimento de seus estudos, que, devido à situação de intenso contato com o europeu, houve uma mudança significativa no contexto sócio-cultural que envolvia o tupinambá falado em São Vicente: *de língua falada exclusivamente por índios com cultura autóctone, passou a ser uma língua falada predominantemente por mamelucos com cultura próxima à dos portugueses*. Ademais, a situação de bilinguismo (com a língua portuguesa), no que dizia respeito aos homens, crianças e a algumas mulheres, fez com que o tupinambá utilizado nesse contexto de miscigenação sofresse uma série de mudanças estruturais que passaram a diferenciá-lo do tupinambá então falado pelos índios estromes, quando da chegada da frota de Martim Afonso de Souza⁴ (cf.: Rodrigues, 1986: 102; 1996: 03). Assim, foi a essa língua que, em São Paulo, passou a corresponder a denominação de Língua Geral. Portanto, o termo Língua Geral começou a se restringir a situações sociolinguísticas bem específicas, constatadas por Rodrigues, como vimos acima.

³Rodrigues, contudo, prefere chamar a língua dos tupinambás de São Vicente de tupi.

⁴Com relação aos homens portugueses, segundo Rodrigues, estes tinham o português como primeira língua e o tupi [tupinambá] como segunda língua. No que diz respeito às mulheres indígenas, tinham o tupi [tupinambá] como primeira língua e apenas algumas aprendiam o português como segunda língua. Com relação às crianças mamelucas, todas aprendiam o tupi [tupinambá] como primeira língua e grande parte aprendia o português como segunda língua, principalmente os meninos, que a partir de certa idade começavam a acompanhar os pais em suas atividades laborativas, porém, em graus variados de competência.

2.2 *A questão da não-formação da Língua Geral entre o Rio de Janeiro e o Piauí, ainda segundo Rodrigues*

Rodrigues afirma, no texto *As línguas gerais sul-americanas*, que, em toda a faixa costeira compreendida entre o Rio de Janeiro e o Piauí, não houve a formação de uma Língua Geral. Vamos, então, aos argumentos apontados pelo autor para embasar tal afirmação.

Nos séculos XVI e XVII, a costa de São Paulo e a costa do Maranhão e Pará se tornaram, respectivamente, os extremos sul e norte do domínio português na América. Estando a administração colonial, no caso do Estado do Brasil, estabelecida na Bahia – situada na região central da costa do que representa, hoje, o território brasileiro em sua totalidade –, as regiões costeiras do sul e do norte do atual Brasil constituíam-se, conseqüentemente, nas periferias do domínio português. Assim, nelas, era natural que a imigração de portugueses fosse menor e menos continuada do que na região central onde se encontrava a administração colonial, para a qual, necessariamente, havia um grande fluxo de portugueses para trabalharem nos órgãos da administração. Por esse motivo, na região central, onde se encontrava a administração colonial, não foi possível o estabelecimento da mesma situação de mestiçagem de São Vicente e da região amazônica, impossibilitando a prevalência da língua tupinambá (Rodrigues, 1996: 05).

Mas é sobre as guerras contra os povos indígenas que recai o argumento mais forte de Rodrigues para afirmar que, entre o Rio de Janeiro e o Piauí, não houve a mestiçagem intensa entre homens brancos e mulheres índias, dando origem a uma população significativa de mamelucos. Dessa maneira, afirma, baseado em informações oferecidas por José de Anchieta, datadas de 1584, que, em São Vicente e em São Paulo, não houve guerra contra os *tupiniquins* (tupinambás), havendo, conseqüentemente, a preservação do contingente indígena da região. De maneira análoga, cem anos depois, no século XVII, quando é fundado o Estado do Grão-Pará e Maranhão, também não houve um genocídio dos povos indígenas que fosse significativo ao ponto de tornar o cenário demográfico da região favorável aos portugueses.

Situação diversa, contudo, teria sido a da costa central do Brasil, entre o Rio de Janeiro e o Piauí, na qual, segundo Rodrigues, foram levadas a termo diversas ações de extermínio contra os povos de origem tupi, como a do Governador-Geral Mem de Sá, que exterminou os tupinambás do Rio de Janeiro, os kaetés da Bahia e Pernambuco e parte dos tupinambás da Bahia; como a do donatário Duarte Coelho, que exterminou todos os índios da costa de Pernambuco; como as ações por parte do Conde de Aveiro, em Porto Seguro, e por parte de Francisco Giraldes, em Ilhéus, que exterminaram, ainda segundo Rodrigues, todos os índios temiminós dessas duas capitânias.

Não teriam sido, entretanto, apenas as guerras as responsáveis pelo extermínio dos povos indígenas da costa central. Os índios que estavam em contato pacífico com os portugueses, como catecúmenos ou como escravos, também teriam sido dizimados, no século XVI, por constantes epidemias de varíola na Bahia e suas proximidades.

Assim, a dizimação dos índios de origem tupi teria sido tão significativa, que, somada à continuada imigração de portugueses e à chegada de grandes contingentes africanos, não teria dado margem à miscigenação, em grande escala, entre brancos e índias tupi, pois, sequer, haveria índias tupi em quantidade suficiente para gerar filhos mestiços em um número que pudesse caracterizar uma comunidade linguística mameluca, não havendo, portanto, condições sociolinguísticas semelhantes às ocorridas em São Vicente, dentro das quais o tupinambá continuasse sendo falado, e que levassem à sua diferenciação, passando a ser, por isso, denominado de Língua Geral (cf.: Rodrigues, 1996: 05).

3 O sul da Bahia e a questão da Língua Geral

Rodrigues afirma que, em toda a faixa costeira compreendida entre o Rio de Janeiro e o Piauí, não houve as já mencionadas condições sociolinguísticas para que, nesse grande pedaço de Brasil, se formasse uma Língua Geral. Contudo, em pesquisa anterior à nossa, realizada também no âmbito do *Programa para a História da Língua Portuguesa* (PROHPOR), o pesquisador Permínio Ferreira encontrou, no Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), um documento de 1794, referente à Vila de Olivença, na então Capitania de Ilhéus, situada ao sul da Bahia, no qual Antônio da Costa Camelo é requerido no sentido de prover Manuel do Carmo de Jesus no cargo de Diretor de Índios, alegando como principal razão para tal o fato “(...) de ser criado naquela vila e saber a língua geral de índios para melhor saber ensinar” (Lobo *et al.*, 2006: 609, grifo nosso). Como se pode ler, o documento faz referência a uma Língua Geral, indicando que também era falada na Vila de Olivença. Ora, se Rodrigues afirma, baseado em seu conceito de Língua Geral, que, no território costeiro compreendido entre o Rio de Janeiro e o Piauí, não houve condições sociolinguísticas para a formação desse tipo diferenciado de língua, então como explicar a referência explícita, constante no documento, a uma Língua Geral na Vila de Olivença, no sul da Bahia? Além desse documento, já nesta pesquisa realizada por nós, outros três foram encontrados e, igualmente, fazem referência à Língua Geral no sul da Bahia.

O primeiro, de 1757, referente à freguesia de São Miguel da Vila da Barra do Rio de Contas (atual Itacaré), na Capitania de Ilhéus, afirma que este local

possui 1.060 pessoas de comunhão, dos quais *33 índios de língua geral* (Vigário Menezes, 1757 *apud* Mott, 2010: 212, grifo nosso).

O segundo – referente não apenas à Vila de Olivença, mas também às de Barcelos e Santarém (Serinhaém), e às aldeias de Almada e São Fidélis, todas na Capitania de Ilhéus – é de 1804, e diz:

Pelo que toca ao temporal, usam geralmente os índios de Olivença, Barcelos e Santarém [Serinhaém] e os das aldeias de Almada e São Fidélis, do idioma português, tendo-se extinguido entre eles o uso da língua antiga, *vulgarmente chamada língua geral* (Ouvidor Maciel, 1804 *apud* Mott, 2010: 224, grifo nosso).

O terceiro se refere à Capitania de Porto Seguro, ainda nesse mesmo ano de 1804, no qual o seu Ouvidor informava que na Vila do Prado os índios

são civilizados no nosso idioma, mas *a língua geral do seu natural nunca perdem, porque aprendem logo no berço* (Ouvidor de Porto Seguro, 1804 *apud* Mott, 2010: 224, grifo nosso).

Assim, no momento em que encontramos registros documentais que vão de encontro às afirmações de Rodrigues, este fato nos leva a sugerir uma revisão dos fatos passados na sócio-história do Brasil, no que se refere à história da Língua Geral do mesmo tipo da que surgiu em São Vicente. Então, surge a pergunta: *o que, nas afirmações de Rodrigues sobre a Língua Geral, não estaria de acordo com a sócio-história linguística do Brasil, dentro do contexto sem interrupção de transmissão linguística entre gerações?*

Diante dessa questão, podemos pensar em duas linhas de raciocínio, no intuito de buscar uma solução para o problema exposto acima, e, consequentemente, explicar a ocorrência, constatada nos documentos transcritos, da Língua Geral nessa área costeira central.

A primeira dessas linhas, exposta por Lobo, Machado Filho e Mattos e Silva (2006) levanta a possibilidade de que o conceito de Língua Geral de Rodrigues possa não estar adequado ao que realmente se passou na história das línguas gerais na América Portuguesa. Assim, após a apresentação do documento de 1794, já citado, no qual há menção explícita à Língua Geral na Vila de Olivença, os autores debatem sobre alguns pontos de vista diferentes do de Rodrigues, relativos ao que seria a Língua Geral, encontrados na história linguística do Brasil, passando, em seguida, a uma análise dos dados demográficos da Vila de Olivença, presentes em dois recenseamentos situados em períodos próximos a 1794 (mais especificamente entre 1735 e 1805) – recenseamentos estes também

encontrados no APEB –, através dos quais constatam que, em consonância com a afirmação de Rodrigues, naquela região não houve condições demográficas para se formar uma população mameluca, postulada como necessária para que se formasse a Língua Geral. Então, se não havia as condições sociolinguísticas para a sua formação, como explicar que, ainda assim, se houvesse formado a Língua Geral na Vila de Olivença? Desse modo, se as conclusões de Rodrigues estão de acordo com o que realmente aconteceu na sócio-história linguística do Brasil, ao afirmar que não houve a formação de populações mameucas relevantes na região costeira compreendida entre o Rio de Janeiro e o Piauí, podem, contudo, não o estar ao condicionar o surgimento de línguas gerais à existência de populações mestiças (como podemos ler no seu conceito de Língua Geral, transcrito na sequência), pois, na Vila de Olivença, de acordo com os dados demográficos apresentados por Lobo, Machado Filho e Mattos e Silva, não existiu, ali, uma população mameluca relevante, mas, ainda assim, houve a formação da Língua Geral (cf.: Lobo *et al.*, 2006: 609-630).

Vejamos o conceito de Língua Geral apresentado por Rodrigues, para que fique clara a problematização exposta:

A expressão *língua geral* tomou um sentido bem definido no Brasil nos séculos XVII e XVIII, quando, tanto em São Paulo como no Maranhão e Pará, *passou a designar as línguas de origem indígena faladas, nas respectivas províncias, por toda a população originada no cruzamento de europeus e índios tupi-guaranis* (especificamente os tupis em São Paulo e os tupinambás no Maranhão e Pará), à qual foi-se agregando um contingente de origem africana e contingentes de vários outros povos indígenas, incorporados ao regime colonial, em geral na qualidade de escravos ou de índios de missão (Rodrigues, 1996: 05, grifo nosso).

Dessa forma, concluem os autores, baseados nos dados documentais que expuseram, que o conceito de Língua Geral de Rodrigues poderia ser ampliado, no sentido de estender a possibilidade de formação da Língua Geral a populações não-mamelucas, o que, conseqüentemente, passaria a incluir um grande número de outras regiões brasileiras como locais passíveis à formação da Língua Geral, pois somente após a sua ampliação, o conceito de Rodrigues poderia abarcar a realidade linguística que se apresentou na Vila de Olivença (cf.: Lobo *et al.*, 2006: 628).

A segunda dessas duas linhas de raciocínio, formulada por nós, não considera que as conclusões de Rodrigues possam ter se afastado da realidade factual no que concerne ao seu conceito de Língua Geral, mas no que concerne

à sua afirmação categórica de que, na faixa costeira compreendida entre o Rio de Janeiro e o Piauí, não houve as condições sociolinguísticas de miscigenação, apresentadas como necessárias à formação da Língua Geral. Enveredando por essa linha, a formação de populações mamelucas em determinada região seria, de fato, condição para o surgimento da Língua Geral – como aconteceu em São Vicente – levando-nos a concluir que, se houve a formação da Língua Geral na Vila de Olivença, isto se deu porque – ao contrário do que levam a crer os dados demográficos apresentados por Lobo, Machado Filho e Mattos e Silva – se configuraram na Vila de Olivença as condições sociolinguísticas de miscigenação entre homens brancos e mulheres índias. Porém, o que nos leva a considerar a possibilidade de os dados demográficos, apresentados por esses três autores, não corresponderem à realidade de então?

Como nos informam, os dois recenseamentos utilizados como fontes de dados demográficos (2006: 625-626) foram elaborados entre 1735 e 1805. Como primeiro fator a ser levado em conta em tais recenseamentos, podemos destacar o período de sua elaboração. No século XVIII e início do século XIX, os recursos disponíveis para a coleta fiel de dados demográficos, certamente, não eram tão precisos quanto os atuais, o que poderia dar lugar a uma margem de erro que, se ainda hoje, com recursos tecnológicos sofisticados disponíveis, existe, o que dizer sobre os referidos séculos? Além do mais, mesmo se considerando que a população brasileira, no período em questão, era muito menor do que a atual, ainda assim causa estranheza o número tão pequeno de apenas 76 recenseados, o que nos leva a crer que muitos habitantes da Vila de Olivença ficaram de fora dos recenseamentos apresentados. O seguinte trecho, escrito por José Antônio Caldas, relativo ao ano de 1759 – ou seja, entre 1735 e 1805, período adotado como referência pelos autores na utilização dos dados demográficos sobre a Vila de Olivença –, é esclarecedor:

A aldeia de Nossa Senhora da Escada de Olivença teria *120 a 130 casais, além de viúvos e viúvas*. São índios da Nação Tabajara ou Tupis. Está a aldeia ao sul da vila de Ilhéus, na costa, a distância de 3 léguas. Dista da aldeia da Almada até 6 léguas (Caldas, 1759 *apud* Mott, 2010, p. 206, grifo nosso).

Quarenta anos depois, em 1799, já na condição de vila, devido às Reformas Pombalinas, temos mais informações demográficas importantes sobre Olivença, agora dadas pelo Ouvidor Baltasar da Silva Lisboa, e que vêm a confirmar a nossa inferência de que muitos moradores dessa vila do sul da Bahia ficaram de fora dos referidos recenseamentos:

Três léguas ao sul de Ilhéus fica a vila dos índios de Nossa Senhora da Escada de Olivença, levantada no ano de 1758 [ressalte-se aqui a divergência de datas, pois José Antônio Caldas se refere a Olivença ainda como aldeia no ano de 1759], com o título de Nova Olivença, e se lhe criou justiças o Ouvidor Luis Freire de Veras. *A sua povoação é de 454 pessoas, com uma excelente igreja de 38,5 palmos de largura de parede a parede, com um só altar (...). Deu-se-lhes [aos índios] com a criação da vila uma légua de terra que não lavram, na qual fizeram pequenas roças na vila, outras se alugaram a particulares* (Lisboa, 1799 *apud* Mott, 2010: 207, grifo nosso).

Outro fator importante se refere às 454 pessoas citadas pelo Ouvidor Baltasar da Silva Lisboa. Isto porque o número dado por ele não se refere à população total da Vila de Olivença, mas apenas ao número de índios, o que vale dizer que as 454 pessoas citadas eram 454 índios. Esse fato fica claro em outro trecho do mesmo Ouvidor, referente agora ao ano de 1802, quando afirma que “Habitam aí 454 índios, entrando um e outro sexo (...)”. Relacionando as informações deste Ouvidor com as de José Antônio Caldas, percebemos que a população de índios se manteve constante entre 1759 e 1799, pois em 1759 havia, na Vila de Olivença, de 120 a 130 casais de índios – isso sem contar os viúvos e as viúvas –, o que significa que, só de índios “amigados”, podemos ter um número de até 260 indivíduos. Se somarmos, a esses 260 índios, os viúvos e as viúvas, teremos um número ainda maior, tendendo a se aproximar dos 454 índios indicados pelo Ouvidor Baltasar da Silva Lisboa em 1799.

Mais uma informação importante podemos ainda extrair das palavras do Ouvidor, na citação referente a 1799, quando afirma, referindo-se aos 454 índios, que “Deu-se-lhes com a criação da vila uma légua de terra que não lavram, na qual fazem pequenas roças na vila, outras se alugaram a particulares”. Se o número de 454 pessoas corresponde apenas aos índios do lugar, então os tais “particulares”, que alugavam suas terras, constituíam-se em um contingente a ser somado aos 454 índios apontados pelo Ouvidor Baltasar da Silva Lisboa, contingente provavelmente composto por brancos e mamelucos, pois, desde 1540, segundo informações dos naturalistas Spix & Martius, havia ali uma colônia portuguesa (Spix & Martius, 1819 *apud* Mott, 2010: 232).

Devido à importância dos dados histórico-demográficos encontrados em documentos referentes às Capitânicas (ou Comarcas, como prefere Vilhena) de Ilhéus e de Porto Seguro, e devido ao fato de Rodrigues referir-se às duas como locais onde não houve índios de origem tupi em quantidade significativa para que, em contato com portugueses, se formasse uma população mameluca significativa e necessária à formação da Língua Geral, é nessas duas capitânicas ou comarcas que nos concentraremos de agora em diante.

3.1 *Capitanias de Ilhéus e de Porto Seguro*

Após a leitura do ensaio *Índios do sul da Bahia: população, economia e sociedade* (1740-1854) (Mott, 2010), constatamos a existência de um grande contingente tupinambá na região sul da Bahia, tanto na Capitania de Ilhéus, estudada pelo autor, quanto na Capitania de Porto Seguro, estudada por nós, somado a outro contingente, em menor vulto, de homens brancos portugueses.

Neste ensaio, Mott apresenta uma documentação farta sobre a região em questão, atestando o referido contingente populacional. O próprio autor demonstra surpresa com o grande número de índios que encontrou na documentação relativa ao sul da Bahia, afirmando que “a presença deste importante contingente demográfico ameríndio sugeriu-nos um aprofundamento de outros aspectos socioculturais da população autóctone da região” (Mott, 2010: 196), como sua cultura e sociedade, seu sistema econômico, além de questões relativas à posse da terra dos índios da região – que tornariam ilegítima a posse dos que vieram, posteriormente, a ocupar lugar, como os coronéis do cacau –, e de questões relativas à religião e aos Diretores de Índios ali instalados depois das Reformas Pombalinas de 1758.

3.1.1 A Capitania de Ilhéus

A história da Capitania de Ilhéus começa com a fundação da Vila de São Jorge de Ilhéus, em 27 de julho de 1534, no intuito de ser a sede da capitania, que correspondia a 50 léguas de costa – começando na Ponta do Padrão, na Baía de Todos os Santos, seguindo rumo ao sul, até a margem setentrional do rio Jequitinhonha (também conhecido como rio Grande), fazendo limite com a Capitania de Porto Seguro, que tem seu início na margem meridional desse mesmo rio (Vilhena, 1969: 489; Tavares, 2008: 96). Doada por D. João III ao escrivão da Fazenda Real, Jorge de Figueiredo Correia – com a ressalva de que pertencesse ao rei todo o pau-brasil que fosse daí extraído –, este não veio levar a termo a ocupação da região, nomeando, para vir em seu lugar, junto com uma frota de colonos, Francisco Romero. “Para ali foram, a seu mando, artífices e agricultores. Enviou-nos o gado e segundo conta Gabriel Soares, foi também, onde, por primeiro, se plantou a cana-de-açúcar” (Santos, 1957: 40).

3.1.2 A Capitania de Porto Seguro

“A Capitania de Porto Seguro foi a parte que, na partilha do Brasil, coube a Pero de Campo Tourinho” (Santos, 1957: 42), como previu a carta de doação de 27 de maio de 1534, assinada pelo Rei D. João III, concedendo-lhe essa possessão ultramarina (cf.: Tavares, 2008: 92), que tinha seu limite setentrional na foz do rio Jequitinhonha e o seu limite meridional na foz do rio Doce, totalizando uma extensão costeira de 60 léguas, provida de muitos coqueiros (2008: 95).

Pero do Campo Tourinho era proprietário de terras em Viana do Castelo, situada na província do Minho, em Portugal. No intuito de angariar fundos e viajar para o Brasil, para assumir o seu pedaço de costa no sul da Bahia, vendeu todas as suas posses, realizando a travessia do Atlântico juntamente com sua esposa, Inês Fernandes Pinho, sua filha Leonor, seus filhos Fernão e André⁵, e mais uma frota composta por 600 homens (cf.: Tavares, 2008: 95), sendo estes últimos “muita gente de qualificação, com a qual se pudesse estabelecer e prosperar”; gente que “era da melhor do reino, sem mescla de sangue mouro, e afeita tanto à lavoura como às lides do mar” (Santos, 1957: 42). Foi com a chegada desse grande contingente – cuja maioria absoluta era do sexo masculino – que teve início a colonização da Capitania de Porto Seguro.

3.2 *Constatações sobre as vilas e aldeias das Capitânicas de Ilhéus e de Porto Seguro*

As vilas e aldeias do sul da Bahia eram distribuídas da seguinte forma, no sentido norte-sul:

- (1) Na Capitania de Ilhéus, tínhamos a Aldeia de São Fidélis, as Vilas de Cairu, Boipeba, Serinhaém (Santarém), Camamu, Barcelos, Maraú, Barra do Rio de Contas, a Aldeia de Almada, as Vilas de São Jorge de Ilhéus, Olivença e a Aldeia de Poxim.
- (2) Na Capitania de Porto Seguro, tínhamos as Vilas de Belmonte, Porto Seguro, Verde, Trancoso, Prado, Alcobaça, Caravelas, Viçosa, Porto Alegre e São Mateus.

⁵ “Pelo pouco que se sabe, Pero do Campo Tourinho foi o único dos quinze donatários a trazer mulher e filhos” (Tavares, 2008: 99).

Após a análise de cada uma das vilas e aldeias citadas, chegamos a conclusões que serão expostas em comentários gerais sobre a demografia do sul da Bahia e sobre a Língua Geral que era falada na região. Assim, a documentação à qual tivemos acesso apenas apresentou números exatos com relação à Capitania de Ilhéus⁶, o mesmo não tendo ocorrido com relação à Capitania de Porto Seguro. Mas, mesmo não tendo apresentado números relativos à demografia desta última capitania, Vilhena – a nossa principal fonte sobre a Capitania de Porto Seguro – atestou de forma clara não só a existência de brancos entre os tupinambás do local, como a existência de uma vida social na qual as duas etnias conviviam em grau avançado de entrosamento.

Desse modo, com relação à Capitania de Ilhéus, no final do século XVIII, somadas todas as informações numéricas – seja da população total de algumas vilas e aldeias, seja da população parcial delas – oferecidas pela documentação à qual tivemos acesso, temos, apenas para a Capitania de Ilhéus, o impressionante número de 16.034 habitantes, sendo que, no caso de algumas vilas, o número não foi fornecido e, no caso de outras, foi fornecido somente o número de índios, sem a informação do número de brancos, o que indica que o número, já alto, de 16.034 é, na verdade, menor do que o número de habitantes que realmente havia na Capitania de Ilhéus. E não podemos nos esquecer de que, apesar de o número de habitantes da Capitania de Porto Seguro não ter sido informado, a existência de um contingente de índios e de brancos, contudo, é perfeitamente atestada por Vilhena. Dessa maneira, não seria imprudente pensar, para todo o sul da Bahia, na segunda metade do século XVIII, em uma população acima de 20.000 pessoas, composta por uma minoria de brancos e índios e uma maioria de mamelucos – que, no caso destes últimos, tiveram pelo menos 250 anos para serem gerados.

No que concerne ao nosso maior interesse, a Língua Geral falada nessas duas capitanias do sul da Bahia, pudemos identificar a ocorrência dela em sete, das vinte e duas localidades pesquisadas. Dessas sete localidades, seis se encontram na Capitania de Ilhéus, a saber: [1] São Fidélis (que não foi elevada a vila, vindo a ser incorporada, posteriormente, ao Município de Valença), [2] Serinhaém (Santarém), [3] Barcelos, [4] São José da Barra do Rio de Contas, [5] Almada (que também não foi elevada a vila) e [6] Olivença.

Com relação à sétima localidade, pertencente à Capitania de Porto Seguro (ao sul da capitania anterior), trata-se de: [7] Prado.

⁶ São Fidélis: 240 índios (sem informação de etnia, mas provavelmente tupinambás); Cairu: 2.210 tupinambás e brancos; Boipeba: 2.417 tupinambás e brancos; Camamu: 4.067 tupinambás e brancos; Barcelos: 200 tupinambás (não há números para brancos); Maraú: 1.600 tupinambás e brancos; Rio de Contas: 2.000 tupinambás, pocuruxéns, gueréns e brancos; Ilhéus: 2.000 tupinambás e brancos; Olivença: 1.000 tupinambás e brancos; Serinhaém: 300 tupinambás e brancos; Poxim: 34 tupinambás e brancos (Mott, 2010: 195-293).



Fig. 1: Mapa da Língua Geral no sul da Bahia.

3.3 *Conclusões sobre as condições sociolinguísticas observadas no sul da Bahia*

O objetivo de termos analisado a história das Capitânicas de Ilhéus e de Porto Seguro foi demonstrar, através das informações constantes nos documentos apresentados por Mott e nas Cartas XIV e XV de Vilhena, que a região sul da Bahia apresentava condições sociolinguísticas para a formação de uma Língua Geral semelhantes às apontadas por Rodrigues no que concerne a São Vicente, em São Paulo.

Desse modo, assim como em São Vicente, temos na Vila de São Jorge de Ilhéus e na Vila de Porto Seguro a chegada de frotas compostas – em sua maioria quase absoluta – por homens portugueses desacompanhados de mulheres. Essas frotas foram a de Pero do Campo Tourinho, donatário da Capitania de Porto Seguro – aportada em 1534 –, e a de Francisco Romero – aportada no mesmo ano, a mando de Jorge de Figueiredo Correia, donatário da Capitania de Ilhéus.

Quando os portugueses chegaram às referidas capitanias, no intuito de colonizá-las, encontraram, lá estabelecidos, predominantemente, os índios tupinambás, falantes da língua homônima, à semelhança dos índios de São Vicente. Tendo, logo de início, estabelecido uma aliança de paz com os tupinambás – fato que rendeu aos portugueses situados no sul da Bahia a inimizade dos tapuias, inimigos históricos dos tupinambás –, os brancos iniciaram uma relação amistosa (ou, pelo menos, não tão deletéria) com os autóctones, falantes nativos do tupinambá.

Como podemos constatar em Rodrigues, quando se refere a São Vicente (1996: 03), os índios tupinambás [os quais chama de tupiniquins] eram abertos ao relacionamento sexual com os brancos, que, por sua vez, também eram abertos ao relacionamento sexual com as índias da terra, principalmente pelo fato de virem em frotas compostas basicamente por homens. Sendo os índios do Estado do Brasil possuidores de uma grande homogeneidade cultural e linguística na sua região costeira, a prática de oferecer ao visitante uma ou várias mulheres de sua tribo – prática que Darcy Ribeiro aponta como *cunhadismo* (2004a: 81) – provavelmente também foi aplicada no sul da Bahia. Mas a esse fato não podemos deixar de somar os casos em que brancos portugueses se uniram afetivamente a índias e os casos em que, tomando índias como escravas, mantinham relações sexuais com elas. Esses três fatores, combinados, resultavam na geração de pequenos mamelucos, frutos dessas uniões – voluntárias ou não.

Assim, uma população de mamelucos foi-se formando no sul da Bahia, nas Capitanias de Ilhéus e de Porto Seguro. Como essas crianças mamelucas conviviam, no período crítico de aquisição da linguagem – que, segundo o paradigma gerativista, vai dos 2 anos de idade à puberdade, por volta dos 12 anos (cf.: Quadros, 2010: 78) –, com a família das mães índias – pois a família dos pais estava em Portugal –, aprendiam o tupinambá das mães como primeira língua (L1), configurando-se, também no sul da Bahia, o contexto sem interrupção de transmissão linguística entre gerações, pois o mesmo tupinambá que era adquirido como L1 pelas mães índias era igualmente adquirido pelos seus filhos mamelucos, que nele permaneciam monolíngues até atingirem a idade que seus pais portugueses julgassem propícia para que começassem a ajudá-los em suas atividades laborativas. Dessa maneira, quando começavam a manter um maior contato com os pais portugueses – trabalhando com eles nas precárias plantações de cana, mandioca, café e, principalmente, nas extrações de madeiras nobres para serem vendidas à construção naval, pois essa passou a ser a principal atividade econômica do sul da Bahia –, esses mamelucos adquiriam a língua portuguesa como segunda língua, tornando-se bilíngues em tupinambá (L1) e em português (L2), provavelmente com grande variação de competência em português.

Essa situação de bilinguismo dos mamelucos resultou em mudanças linguísticas mútuas, tanto na estrutura do português (devido ao contato com o sistema do tupinambá), quanto na estrutura do tupinambá (devido ao contato com o sistema do português), resultando em transformações estruturais em ambas as línguas. É a esse tupinambá dos mamelucos do sul da Bahia, transformado estruturalmente, devido à situação de bilinguismo com o português, que se passou a chamar de Língua Geral nas Capitâneas de Ilhéus e de Porto Seguro.

À medida que a colonização dessa região continuou, tendo-se prolongado a relação entre portugueses e tupinambás por, pelo menos, três séculos, sua população mameluca também aumentou, consolidando, assim, a formação estrutural e o estabelecimento da Língua Geral nessa região. Entretanto, essas afirmações sobre a miscigenação entre índios tupinambás e brancos portugueses no sul da Bahia não são apenas inferências. Mais uma vez, Mott nos apresenta documentos importantes, que confirmam a miscigenação na região.

O primeiro deles é um trecho escrito por D. José I, rei de Portugal, no seu Livro de Leis no 9 (1751-1756) – no contexto do “processo civilizatório”, dentro do qual estavam inseridas as Reformas Pombalinas –, demonstrando que o “soberano” via na miscigenação entre portugueses e índios uma forma de fazer com que estes alcançassem mais rapidamente o estágio de “civilizados”. Por esse motivo, chegou ao ponto de conceder privilégios aos filhos de índias com portugueses, afirmando a estes que

(...) não ficam com infâmia e seus descendentes serão hábeis e capazes de qualquer emprego, honra e dignidade, proibindo-se que sejam tratados de “cabouclos” ou outros nomes injuriosos. Os requerentes a ofícios públicos façam referência a sua particularidade de descendentes de índios para mais particularmente serem atendidos (D. José I, 1751-1756, Livro de Leis no 9 *apud* Mott, 2010: 289-290).

Ao que tudo indica, essa lei de D. José I foi posta em prática, pois, nos documentos analisados por nós, sobre as vilas e aldeias das Capitâneas de Ilhéus e de Porto Seguro, nos anos subseqüentes a tal resolução, constatamos a presença de vários índios (provavelmente mamelucos) em cargos públicos de suas vilas, a exemplo da Vila de Barcelos – que possuía um juiz ordinário escolhido entre os índios –, e da Vila de Olivença – que também possuía um

juiz ordinário escolhido entre os índios⁷ –, ambas na Capitania de Ilhéus; assim como da Vila Verde – que possuía dois capitães de ordenanças escolhidos entre os índios –, da Vila do Prado – que possuía uma companhia de ordenanças composta por brancos e índios –, da Vila de Alcobaça – que possuía duas companhias de ordenanças compostas por brancos e índios –, e da Vila de Porto Alegre – que também possuía uma companhia de ordenanças composta por brancos e índios –, todas na Capitania de Porto Seguro.

O segundo deles foi escrito pelo Capitão Moniz Barreto em 1794, relativo à Vila de Serinhaém (Santarém), no qual afirma que, ali, havia muitas famílias de portugueses com índias, estando, por esse motivo, “degeneradas”:

Esta vila fica situada em lugar eminente, ameno e aprazível. A sua população é de até 300 índios, em que entram muitas famílias de espécie degenerada com brancos portugueses. Tem 160 palhoças. A Igreja Matriz de Santo André é a mais indecente que encontrei, que ao mesmo tempo serve de um lado de curral de ovelhas (Moniz Barreto, 1794 *apud* Mott, 2010: 215, grifo nosso).

O terceiro documento, na verdade uma pequena citação encontrada na nota 12 do artigo de Mott, mas não menos importante, foi escrito pelo Ouvidor Tomás Navarro de Campos, em 1804, no qual afirma, com relação à Bahia de forma geral, que “os índios são muito dados ao matrimônio, por isto casam-se de poucos anos e são inclinados a enlaçar-se com os portugueses e há disso exemplos (...)” (Campos, 1804 *apud* Mott, 2010, p. 289-290). Certamente, as uniões entre os brancos portugueses e os tupinambás do sul da Bahia estavam inclusas nesses exemplos.

Outro trecho esclarecedor do Ouvidor Tomás Navarro de Campos – pois atesta a tendência da Coroa Portuguesa no sentido de promover a miscigenação entre brancos e índios, para que estes atingissem mais rapidamente o estágio de “civilidade” – é, também, de 1804, demonstrando inclusive ser a sua opinião, com relação à união de portugueses e índias, diferente da opinião do Capitão

⁷Esse fato aponta para a probabilidade de Manuel do Carmo de Jesus, indicado para Diretor de Índios da Vila de Olivença, ser também mameluco, pois, além de os oficiais da Câmara e repúblicos da vila terem escolhido entre os índios um juiz ordinário – o que aponta para o fato de que essa prática era realmente exercida na referida vila –, Manuel do Carmo de Jesus – como mostra claramente o documento encontrado por Permínio Ferreira – foi criado naquela vila e era falante da Língua Geral, tornando ainda maior a probabilidade de ter sido ele, também, um mameluco.

Moniz Barreto, que as considerava degenerativas: “Se fosse possível promover com suavidade o matrimônio dos índios com os portugueses, chegarão os descendentes mais depressa ao verdadeiro ponto da civilização, fazendo-se mais úteis ao Estado e à Religião” (Campos, 1804 *apud* Mott, 2010: 289-290).

Não é sem motivo que um dos documentos encontrados por nós, além de se referir à Vila de Olivença e a outras vilas da Capitania de Ilhéus, se refere ao uso da Língua Geral, justamente, na Vila de Serinhaém (Santarém), sobre a qual Moniz Barreto fez sua observação relativa às famílias “degeneradas”, devido à miscigenação com brancos portugueses:

Pelo que toca ao temporal, usam geralmente os índios de Olivença, Barcelos e *Santarém* [*Serinhaém*] e os das aldeias de Almada e São Fidélis, do idioma português, tendo-se extinguido entre eles o uso da língua antiga, *vulgarmente chamada língua geral* (Maciel, 1804 *apud* Mott, 2010: 224, grifo nosso).

Não nos enganemos, outrossim, com a afirmação do Ouvidor Maciel de que em Olivença, Barcelos, Serinhaém (Santarém), Almada e São Fidélis, no ano de 1804, a Língua Geral já havia sido extinta e substituída pelo português. Isto porque o documento apresentado por Lobo, Machado Filho e Mattos e Silva, referente também a Olivença, em 1794 – ou seja, apenas 10 anos antes da afirmação do Ouvidor Maciel, que, como se pode ler acima, também se referia a Olivença –, atesta que, em 1794, a Língua Geral predominava entre os habitantes desta vila, tendo sido esse, inclusive, o motivo principal para que Antônio da Costa Camelo, Ouvidor Interino da Capitania de Ilhéus, indicasse Manuel do Carmo de Jesus para Diretor de Índios do lugar, pois este “tinha meio de se sustentar, e a maior razão de ser criado naquela vila e saber a língua geral de índios para melhor saber ensinar [a língua portuguesa, provavelmente]” (Lobo *et al.*, 2006: 610, grifo nosso).

Na leitura do artigo de Lobo, Machado Filho e Mattos e Silva, vemos que a escolha de um Diretor de Índios mais eficiente para que se ensinasse a língua portuguesa aos índios da Vila de Olivença foi necessária, justamente, porque o antigo diretor “nunca deu escola conforme a direção da Vila” (2006: 610), não ensinando a ler e escrever em língua portuguesa, sequer, a seus filhos. Dessa maneira, Manuel do Carmo de Jesus foi indicado, justamente, para tentar acabar com a situação enraizada de utilização da Língua Geral na Vila Olivença, no intuito de cumprir, assim, as instruções do item 6 do Diretório do Marquês de Pombal, relativo à imposição da língua portuguesa nos Estados do Grão-Pará e Maranhão e do Brasil, respectivamente nos anos de 1757 e 1758 (Pombal, 1757 *apud* Almeida, 1997, anexos).

Tendo sido escolhido para Diretor de Índios com essa finalidade precípua, Manuel do Carmo de Jesus, provavelmente, se empenhou na efetivação das medidas pombalinas, fazendo com que os mamelucos da Vila de Olivença, através de meios coercitivos, deixassem de falar a Língua Geral e passassem a utilizar apenas a língua portuguesa. Porém, como é de se esperar em tais situações de opressão linguística, o uso da Língua Geral deve ter-se mantido da porta de casa para dentro, no ambiente doméstico, tendo sido esse o provável motivo para que o Ouvidor Maciel, ao visitar a vila em 1804, acreditasse que os mamelucos de Olivença, Barcelos, Serinhaém (Santarém), Almada e São Fidélis não falassem mais a sua Língua Geral, mas apenas o português, pois, de fato, como mostra o documento, foi a língua que ouviu da boca dos habitantes da Vila de Olivença, quando os encontrou em um ambiente que extrapolava o doméstico.

Além do mais, Mott nos apresenta um documento de 1804, relativo à Vila do Prado, na vizinha Capitania de Porto Seguro – já citado no início desse artigo, assim como os dois documentos anteriores –, escrito pelo seu Ouvidor, no qual há o atestado de que a L1 dos índios do sul da Bahia, no início do século XIX, ainda era a Língua Geral. Esta, no entanto, vinha sendo alvo dos esforços “civilizatórios”, traduzidos na imposição da língua portuguesa, de acordo com o que podemos ler quando o Ouvidor de Porto Seguro afirma que os índios da Vila do Prado “*são civilizados no nosso idioma, mas a língua geral do seu natural nunca perdem, porque aprendem logo no berço*” (Ouvidor de Porto Seguro, 1804 *apud* Mott, 2010: 224, grifo nosso).

Essa afirmação do Ouvidor de Porto Seguro, inclusive, guarda grande semelhança com a afirmação que Antônio Vieira fez, 110 anos antes, em 1694, com relação a São Paulo, quando disse que “(...) *a língua, que nas ditas famílias se fala [famílias de portugueses com índias], he a dos Indios, e a Portuguesa a vão os meninos aprender a escola*” (Vieira, 1694 *apud* Freyre, 2002: 281; Buarque de Hollanda, 2002: 1029, grifo nosso) – pois ambos os depoimentos deixam claro que a língua adquirida como L1 pelos habitantes de São Paulo e do sul da Bahia era o tupinambá transmitido das mães índias aos seus filhos mamelucos, que paulatinamente se modificou na boca destes últimos, devido ao bilinguismo com o português, até se tornar a Língua Geral, continuando o português a ser adquirido e ensinado como L2 –, o que fortalece a nossa linha de raciocínio no sentido de que, nas Capitânicas de Ilhéus e de Porto Seguro, se reproduziram condições sociolinguísticas semelhantes às que Rodrigues identificou em São Paulo no período de formação da Língua Geral naquela região, com o acréscimo de que o depoimento do Ouvidor de Porto Seguro – diferentemente do de Antônio Vieira – foi escrito já no início do século XIX, o que aponta para uma situação de utilização da Língua Geral estabelecida e enraizada há, pelo menos, dois séculos.

Outro fator que vem corroborar a nossa linha de raciocínio é o depoimento do príncipe Maximiliano Wied-Neuwied. Isto porque, além dos fatores já apontados como componentes das condições sociolinguísticas necessárias à formação da Língua Geral, dentro do contexto sem interrupção de transmissão linguística entre gerações, temos – junto com a formação de uma população mameluca e a aquisição do tupinambá das mães índias como L1 – outro fator muito importante, também apontado por Rodrigues, para que a Língua Geral desse contexto se constituísse em uma categoria circunscrita por condições sociais muito específicas: o fato de os mamelucos, seus principais depositários, terem absorvido muito da cultura europeia dos pais portugueses, a partir do momento em que começaram a manter contato constante e estreito com eles, ajudando-os em suas atividades laborativas. Assim, a Língua Geral passou a corresponder a uma população, predominantemente, de mamelucos, que, por sua vez, começou a apresentar um modo de vida e de cultura mais próximo ao dos pais europeus do que ao das mães índias, o que não é difícil de se aceitar como verdadeiro, pois a cultura do colonizador europeu, desde sempre, foi vista como “superior” e, conseqüentemente, como cultura-alvo.

Os mamelucos do sul da Bahia também passaram pelo mesmo processo de aculturação sofrido pelos mamelucos de São Vicente, como podemos perceber nas palavras do príncipe Maximiliano Wied-Neuwied, que se mostrou decepcionado por ter encontrado, na Vila de Olivença, “índios vestidos de camisas brancas que ocupavam-se de pescar na praia”. Mais adiante, acrescentou:

Havia entre eles alguns tipos muito belos. O seu aspecto lembrava-me a descrição que faz Léry dos seus antepassados, os Tupinambá. Os Tupinambá, escreve Léry, são esbeltos, bem conformados, têm a estatura média dos europeus, embora mais espadaúdos. Perderam infelizmente as suas características originais. Lastimei não ver avançar na minha direção um guerreiro tupinambá com o capacete de penas na cabeça, o escudo de penas nas costas, os braceletes de penas enrolados nos braços, o arco e a flecha na mão. Ao invés disso, os descendentes desses antropófagos me saudaram com um adeus à portuguesa. Senti com tristeza as vicissitudes das coisas deste mundo, que fazendo essas gentes perder os seus costumes bárbaros e ferozes, despojou-os também de sua originalidade, fazendo delas lamentáveis seres ambíguos (Maximiliano, 1816 *apud* Mott, 2010: 225).

Essa afirmação do príncipe Maximiliano Wied-Neuwied está em total acordo com a situação cultural que Rodrigues identificou no modo de vida dos índios de São Vicente – depois da chegada dos portugueses e da posterior miscigenação –, levando-o a afirmar que esses índios “foram-se extinguindo como povo independente e culturalmente diverso”. Desse modo, “a língua que falavam os paulistas já não mais servia a uma sociedade e a uma cultura indígenas, mas à sociedade e à cultura dos mamelucos, cada vez mais distanciadas daquelas e mais chegadas à cultura portuguesa” (Rodrigues, 1996: 02). As palavras do príncipe Maximiliano Wied-Neuwied demonstram que o mesmo aconteceu com os índios falantes de Língua Geral do sul da Bahia.

4 Considerações finais

Ao longo deste artigo, procuramos, baseados nas constatações de Rodrigues, delimitar o contexto sem interrupção de transmissão linguística entre gerações, dentro do qual se formou a Língua Geral de São Paulo e, segundo nossa hipótese, a Língua Geral do sul da Bahia. Nesse sentido, analisamos a afirmação do autor, sobre não terem se formado línguas gerais em toda a faixa costeira compreendida entre o Rio de Janeiro e o Piauí, comparando-a com os registros documentais relativos à região sul da Bahia – que se insere na referida faixa costeira –, nos quais não só há afirmações explícitas de que nas Capitânicas de Ilhéus e de Porto Seguro se falava Língua Geral, como também estão presentes informações que atestam um grande contingente de índios tupinambás e de brancos portugueses no período colonial, fato que teria possibilitado o surgimento de uma população mameluca significativa na região, criando condições sociolinguísticas semelhantes às constatadas em São Paulo, no que se refere à formação de sua Língua Geral.

No intuito de fortalecer nossa hipótese, exposta acima, partimos para a análise do perfil de cada uma das vinte vilas e duas aldeias das Capitânicas de Ilhéus e de Porto Seguro, com foco nos seus aspectos demográficos, econômicos e geográficos, para que se tornasse mais clara a visualização da realidade social dessas localidades no século XVIII, período em que sua Língua Geral ainda estava em pleno uso, de acordo com a documentação analisada.

Por fim, depois de termos estudado os referidos perfis e de termos constatado que a Língua Geral do sul da Bahia se enquadra no mesmo contexto sem interrupção de transmissão linguística entre gerações da Língua Geral de São Paulo, concluímos que as duas tiveram processos de formação semelhantes no seio de uma população mameluca bilíngue.

Referências

Argolo, Wagner. 2009. O passado linguístico indígena e as línguas gerais entre o Rio de Janeiro e o Piauí: busca por documentos no Arquivo Histórico Ultramarino entre 1758 e 1794. In Oliveira, Klebson; Cunha e Souza, Hirão Fernandes & Gomes, Luís Alves (orgs.) *Novos tons de rosa: para Rosa Virgínia Mattos e Silva*, 62-74. Salvador: EDUFBA.

Buarque de Hollanda, Sérgio. 2002. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar.

Cardim, Fernão. 2009. *Tratados da terra e gente do Brasil*. São Paulo: Hedra.

Directorio, que se deve observar nas povoações dos índios do Pará, e Maranhão em quanto Sua Magestade não mandar o contrário. 1757. In Almeida, Rita Heloisa de. *O diretório dos índios: um projeto de "civilização" no Brasil do século XVIII*. Brasília: UNB, 1997, anexo.

Freire, José Ribamar Bessa. 2004. *Rio Babel: a história das línguas na Amazônia*. Rio de Janeiro: Atlântica.

Freyre, Gilberto. 2002. *Casa-Grande & Senzala*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar.

Lobo, Tânia (org.) 2001. *Cartas baianas setecentistas*. São Paulo: Humanitas.

Lobo, Tânia; Machado Filho, Américo Venâncio Lopes & Mattos e Silva, Rosa Virgínia. 2006. Índícios de língua geral no sul da Bahia na segunda metade do século XVIII. In Lobo, Tânia; Ribeiro, Ilza; Carneiro, Zenaide & Almeida, Norma (orgs.) *Para a história do português brasileiro*, 609-630. Salvador: EDUFBA.

Métraux, Alfred. 1948. The Tupinamba. In Steward, Julian (org.) *Handbook of South American Indians*, 95-139. Washington: Government printing office.

Montserrat, Ruth Maria Fonini. 1994. Línguas indígenas no Brasil contemporâneo. In Grupioni, Luís Donisete Benzi (org.). *Índios no Brasil*, 93-104. Brasília: MEC.

Mott, Luiz. 2010. *Bahia: inquisição & sociedade*, 195-293. Salvador: EDUFBA.

Prado Júnior, Caio. 2002. *Formação do Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar.

Quadros, Ronice Müller de. 2010. O paradigma gerativista e a aquisição da linguagem. In Finger, Ingrid & Quadros, Ronice Müller de (org.) *Teorias de aquisição da linguagem*, 45-82. Florianópolis: EDUFSC.

Ribeiro, Darcy. 2004a. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.

Ribeiro, Darcy. 2004b. *Os índios e a civilização*. São Paulo: Companhia das Letras.

Rodrigues, Aryon. 1986. *Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Loyola.

Rodrigues, Aryon. 1996. *As línguas gerais sul-americanas*. Laboratório de línguas indígenas, Brasília. Disponível em: <<http://www.unb.br>>. Acesso em: 10 ago. 2009.

Rodrigues, Aryon. 2006. As outras línguas da colonização do Brasil. In Cardoso, Suzana; Mota, Jacyra & Mattos e Silva, Rosa Virgínia (orgs.) *Quinhentos anos de história linguística do Brasil*, 143-161. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia.

Rosa, Maria Carlota. 1992. Descrições missionárias de língua geral nos séculos XVI-XVII: que descreveram? *Papia* 2(1): 85-98.

Santos, Milton. 1957. *Zona do Cacau*. São Paulo: Brasileira.

Schwartz, Stuart B. 1989. *Sugar plantations in the formation of Brazilian society (Bahia, 1550-1835)*. Cambridge: Cambridge University Press.

Silva Neto, Serafim da. 1986. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. 5. ed. Rio de Janeiro: Presença.

Tavares, Luís Henrique Dias. 2008. *História da Bahia*. Salvador: EDUFBA/UNESP.

Teixeira, Raquel. 1995. As línguas indígenas no Brasil. In Grupioni, Luís Donizete Benzi & Silva, Aracy Lopes da (orgs.) *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1^o e 2^o graus*, 291-311. Brasília: MEC/MARI/UNESCO.

Vilhena, Luís dos Santos. 1969. *A Bahia no século XVIII*. Salvador: Editora Itapuã.

Vitral, Lorenzo. 2001. Língua geral versus língua portuguesa: a influência do “processo civilizatório”. In Mattos e Silva, Rosa Virgínia (org.) *Para a história do português brasileiro*, 303-315. São Paulo: Humanitas.

Weinreich, Uriel; Labov, William & Herzog, Marvin I. 2006. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. São Paulo: Parábola.

Recebido em: 28/06/2012

Aceito em: 16/12/2012
